



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

<b>Processo nº</b>	13830.000476/2006-13
<b>Recurso nº</b>	936.266 Voluntário
<b>Acórdão nº</b>	<b>2202-01.762 – 2ª Câmara / 2ª Turma Ordinária</b>
<b>Sessão de</b>	15 de maio de 2012
<b>Matéria</b>	IRPF
<b>Recorrente</b>	PAULO ROGÉRIO VANEMACHERI MARINHO
<b>Recorrida</b>	FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Exercício: 2003

GANHO DE CAPITAL . LIMITE DE ISENÇÃO. SOCIEDADE CONJUGAL

Na apuração do ganho de capital não será considerada a alienação de bens ou direitos por valor igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

No caso de sociedade conjugal , esse limite é considerado em relação a cada um dos bens ou direitos possuídos em comunhão e ao valor do conjunto dos bens ou direitos da mesma natureza, alienados em um mesmo mês

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

(Assinado digitalmente)

Nelson Mallmann – Presidente

(Assinado digitalmente)

Antonio Lopo Martinez – Relator

Composição do colegiado: Participaram do presente julgamento os Conselheiros Maria Lúcia Moniz de Aragão Calomino Astorga, Eivanice Canário da Silva, Antonio Lopo Martinez, Odmir Fernandes, Pedro Anan Junior e Nelson Mallmann (Presidente). Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Rafael Pandolfo e Helenilson Cunha Pontes.

CÓPIA

## Relatório

Em desfavor do contribuinte, PAULO ROGÉRIO VANEMACHERI MARINHO, foi indeferido Pedido Eletrônico de Restituição de fls.1/3, por meio do qual requer o interessado acima identificado a restituição de valor pago em 23/04/2002, a título de Ganho de Capital no montante de R\$.2.250,00, segundo alega indevidamente, sobre alienação de bem imóvel possuído em comumhão, haja vista que a parcela correspondente a 50% de cada cônjuge estaria abrangido no limite de isenção previsto no art. 22 da Lei 9.250/95.

Apreciando o pedido a SAORT/DRF/MARILIA proferiu despacho de fls.45/51 indeferindo-o ao fundamento de que no caso de alienação de bem possuído em comumhão o limite de isenção do imposto deve ser considerado em relação a cada um dos bens possuídos em comumhão, na sua totalidade, e não em relação a cada parcela o cônjuge, conforme § 2º, III, do art. 122 do RIR/1999.

Inconformado, o contribuinte protocolizou manifestação de fls.35/39 na qual, em resumo, alega:

- que por ser casado no regime de comumhão parcial de bens o requerente e sua esposa estavam isentos do imposto de renda sobre o ganho de capital pela venda do imóvel em questão em razão de se tratar de bem de pequeno valor;
- que na certidão da matrícula do imóvel está claro que são qualificadas duas pessoas como vendedoras;
- que nesse sentido já decidiu o Conselho de Contribuintes conforme acórdão que transcreve.

A DRJ-São Paulo ao apreciar as razões do contribuinte, julgou improcedente a manifestação de inconformidade, nos termos da ementa a seguir:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF*

*Ano-calendário: 2002*

*GANHO DE CAPITAL. RESTITUIÇÃO.*

*Pedido que se rejeita, porquanto a isenção na qual se fundamenta o pleito não se sustenta haja vista que o limite de isenção para os bens de pequeno valor no caso de alienação de bem possuído em comumhão pelo casal, deve ser considerado em relação ao bem como um todo.*

*Manifestação de Inconformidade Improcedente*

Insatisfeito o contribuinte apresente recurso voluntário reiterando as razões da impugnação. Indica que na alienação de bens/direitos a isenção do ganho de capital a que se reporta o artigo 22 da Lei n. 9.250/95, é pertinente a cada proprietário/possuidor do bem/direito alienado, ainda que sob sociedade conjugal.

É o relatório.

CÓPIA

**Voto**

Conselheiro Antonio Lopo Martinez, Relator

O recurso voluntário preenche as condições de admissibilidade. Dele conheço

Em seu recurso a recorrente reitera o argumento de que na alienação de bens/direitos a isenção do ganho de capital a que se reporta o artigo 22 da Lei n. 9.250/95, é pertinente a cada proprietário/possuidor do bem/direito alienado, ainda que sob sociedade conjugal.

Inobstante respeitável entendimento do recorrente, não é isso que a leitura expressa da legislação permite concluir. Resta claro da legislação que no caso de alienação de bem possuído em comunhão o limite de isenção do imposto deve ser considerado em relação a cada um dos bens possuídos em comunhão, na sua totalidade, conforme § 2º, III, do art. 122 do RIR/1999.

*Art. 122. Está isento do imposto o ganho de capital auferido na alienação (Lei nº 7.713, de 1988, art. 22, incisos I e IV, Lei nº 8.134, de 1990, art. 30, Lei nº 8.218, de 1991, art. 21, e Lei nº 9.250, de 1995, arts. 22 e 23):*

*I - de bens e direitos de pequeno valor, cujo preço unitário de alienação, no mês em que esta se realizar, seja igual ou inferior a vinte mil reais;*

*II - do único imóvel que o titular possua, cujo valor de alienação seja de até quatrocentos e quarenta mil reais, desde que não tenha sido realizada qualquer outra alienação nos últimos cinco anos.*

*§ 1 No caso de alienação de diversos bens ou direitos da mesma natureza será considerado, para fins do disposto no inciso I, o valor do conjunto de bens alienados no mês (Lei nº 9.250, de 1995, art. 22, parágrafo único).*

*§ 2 O limite a que se refere o inciso I será considerado em relação:*

*I - ao bem ou ao valor do conjunto dos bens ou direitos da mesma natureza, alienados em um mesmo mês;*

*II - a parte de cada condômino, no caso de bens em condomínio;*

*III - a cada um dos bens ou direitos possuídos em comunhão e ao valor do conjunto dos bens ou direitos da mesma natureza, alienados em um mesmo mês, no caso de sociedade conjugal.*  
*(grifo nosso)*

Deste modo resta claro, que na apuração do ganho de capital não será considerada a alienação de bens ou direitos por valor igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). E no caso de sociedade conjugal , esse limite é considerado em relação a cada um dos bens ou direitos possuídos em comunhão e ao valor do conjunto dos bens ou direitos da mesma natureza, alienados em um mesmo mês.

No caso concreto o bem alienado, teve o valor igual a R\$ 40.000, e não se identificou nenhuma exceção prevista em lei, que determina-se a isenção do pagamento do tributo.

Ante ao exposto, voto por negar provimento ao recurso.

(Assinado digitalmente)

Antonio Lopo Martinez